

I WORKSHOP TABELAS UNIFICADAS

Data: 01 e 02/12/2010

DINÂMICA DE GRUPOS

Grupo VII

Coordenador: Denise Martins Moura Silva - TJSE

Relator: Romualdo Prado Junior - TJSE

1 - Diagnóstico da situação atual das tabelas.

- TJGO – Implantado precariamente. Nos processos ajuizados antes da implantação das TPUs, não houve inclusão das classes e assuntos; nos novos houve, mas “amarrado” às classes/movimentos antigos; nos processos do PROJUDI, sem amarração.
- TJSE – Implantado (foi o 1º no País), com amarrações às classes e movimentos antigos, utilizando de seleção das classes, assuntos e movimentos direcionados à Unidade Jurisdicional e procedimento específicos. Funciona como um filtro por competência. Quanto à aplicação, utiliza os critérios adotados pelo TJGO já mencionados.
- TRF/1ª Região – Já havia implementadas as classes e assuntos antes da implantação das TPUs. Quanto aos movimentos, está trabalhando para implementar, tanto no 1º quanto no 2º grau, em face de impasse do CJF e CNJ.
- TRF/2ª Região – situação parecida com o TRF da 1ª Região, mas no formato do CJF. Como estão implementando o processo eletrônico no 2º grau, será implementado classe, assunto e movimento integralmente
- TRF/3ª Região – mesma situação dos TRFs citados. No 1º grau estão implementadas as TPUs; nos Juizados está iniciando a movimentação e

já implementada a classe e assunto; no 2º grau tem as classes, assuntos e iniciando movimentos. A proposta dos TRFs é alinhar as tabelas.

- TRF/4ª Região – mesma situação dos colegas, implementando todas as tabelas do CJF. Incorporaram classes, assuntos, mas ainda não fizeram a de movimentos.
- TSE – não há informatização em todas as zonas eleitorais. Tem as tabelas de classes e assuntos implementadas. Quanto aos movimentos, há uma adequação realizando uma amarração, mas ainda não foi implementado. Tem previsão para Dez/10 no TSE e previsão de início em Mar/11 nos TREs.

2 - Dificuldades na instalação, utilização e implementação das tabelas.

- Mão-obra não qualificada para o manuseio das TPUs;
- Dificuldade em face das normas internas com as normas do CNJ. Ex.: regime de custas que é baseada nos movimentos e classes da Organização Judiciária do Tribunal.
- Estrutura da tabela implantada difere da estrutura fornecida pelo CNJ.
- Nos processos antigos que não receberam as TPUs, não tem como levantar dados estatísticos.
- Retomada de entendimento pós implantação das TPUs, a exemplo da junção do despacho e decisão em um único grupo de movimentos e depois a sua separação.
- Curto espaço de tempo para implementação das determinações do CNJ voltados à TI e excesso de projetos prioritários.
- Falta de ampla divulgação das mudanças nas TPUs.
- Mesma estrutura organizacional do ano de 1989 nos TRFs.

3 – Plano de ação.

Iniciativas:

- Criar uma tabela relacional entre assuntos para com as classes.
- Além de e-mail, usar o recurso do malote digital e de publicação no site do CNJ antecipadamente para as mudanças das TPUs.
- Qualificação e aumento do quadro de servidores que para a operacionalização das TPUs.
- Envidar esforços para materialização o teor da Res. 90 no sentido de enviar projeto de lei para adequar o quadro de pessoal ao anexo I da citada resolução.
- Uniformização das estatísticas do CNJ aos diversos tribunais.

AÇÕES A REALIZAR	COMO?	PRAZO INICIAL	PRAZO FINAL	RESPONSÁVEL	RESULTADO	CUSTO
- Criar uma tabela relacional entre assuntos para com as classes.						
- Além de e-mail, usar o recurso do malote digital e de publicação no site do CNJ antecipadamente para as mudanças das TPUs.						
- Qualificação e aumento do quadro de servidores que para a operacionalização das TPUs.						
- Envidar esforços para materialização o teor da Res. 90 no sentido de enviar projeto de lei para adequar o quadro de pessoal ao anexo I da citada resolução.						
- Uniformização das estatísticas do CNJ aos diversos tribunais.						

4 - Estruturação de esquema com etapas de instalação: os grupos deverão apresentar um projeto com esquemas, desenhos e detalhamento de todas as etapas de implementação das tabelas (Caso todos os membros dos grupos representem tribunais que já tenham instalado as tabelas, responder às questões 5 e 6).

- Etapa1: TPUs como meta prioritária;
- Etapa2: Equipe técnica qualificada voltada exclusivamente às TPUs;
- Etapa3: Criar especialidade de assuntos para determinado grupo de classe ou classe;
- Etapa4: Identificar o perfil e eleger multiplicadores para serem capacitados e que estes possam disseminar a tarefa;
- Etapa5: Implementação e acompanhamento gradativos.

5 - Propostas de soluções para as dificuldades encontradas.

- Capacitação específica para as TPUs;
- Alinhamento das Resoluções do CNJ para com os atos normativos que disciplina a estrutura organizacional.
- Divulgação ampla das modificações das TPUs
- Estabelecer critérios para impedir a sobreposição de demandas oriundas do próprio CNJ.

6 - Como garantir a implementação das novas funcionalidades.

- Prazos razoáveis para implementação dos projetos do CNJ
- Definição de prioridades do Conselho

7 – Outras considerações

- As TPUs deveriam ser implementados nos sistemas do processo eletrônico, e não nos legados.

8 – Perguntas do grupo

- **O CNJ tem disponibilidade orçamentária para auxiliar os Tribunais em caso de necessidade de uso de recursos terceirizados?**
- **O CNJ tem planos de apoiar os Tribunais para ampliação dos Quadros de TI, com base na Resolução 90?**
- **O CNJ tem condições de limitar os pedidos de informação ao conteúdo contemplado nas tabelas unificadas?**